

Denise Goulart Schlickmann

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Bacharel em Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Pós-Graduada em Auditoria Governamental pela FEPESE/UFSC e em Direito Eleitoral pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADep. Membro do Núcleo de Inteligência da Justiça Eleitoral. Secretária de Controle Interno e Auditoria do TRE/SC. Instrutora nas áreas de Auditoria Governamental e Controle Interno, no âmbito da Justiça Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal. Conferencista na área de Direito Eleitoral. Coautora das obras *Tratado de Direito Eleitoral*, Editora Fórum e *Tópicos Avançados de Direito Processual Eleitoral*, Editora Arraes.

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS

**Com a Íntegra das Normas Aplicáveis às
Eleições no Brasil**

**9ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
-------------------------	-----------

Capítulo I – PODER POLÍTICO E PROCESSOS ELEITORAIS.....	25
--	-----------

1.1 O Exercício do Poder Político e o Princípio da Representação	25
1.2 O Sufrágio, os Sistemas Eleitorais e o Regime Político	28
1.3 O Instituto da Democracia Representativa e os Direitos Políticos	29
1.4 Os Partidos Políticos e o Procedimento Eleitoral	30
1.5 O Direito Eleitoral e o Sistema Eleitoral Brasileiro.....	31
1.6 A Experiência Internacional ao Legislar sobre o Financiamento das Campanhas Eleitorais	33
1.7 Breve Histórico da Evolução Legislativa Brasileira	36

Capítulo II – A EVOLUÇÃO DAS NORMAS QUE REGERAM O FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS NO BRASIL DAS ELEIÇÕES DE 1994 ÀS ELEIÇÕES DE 2018.....	39
---	-----------

2.1 Realização e Pagamento de Despesas – Dívidas e Sobras de Campanha	39
2.1.1 Responsabilidade pelas despesas	39
2.1.2 Dívidas de campanha	41
2.1.3 Sobras de campanha.....	55
2.2 Constituição e Registro de Comitês Financeiros	71
2.3 Contas Bancárias.....	86
2.3.1 Obrigatoriedade de abertura.....	88
2.3.2 Partidos políticos.....	125
2.3.3 Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) – As normas da Secretaria da Receita Federal e do Banco Central do Brasil sobre contas bancárias.....	130
2.3.4 Súmula 16 do Tribunal Superior Eleitoral	143
2.4 Administração Financeira de Campanha e Responsabilidade pelas Informações Prestadas à Justiça Eleitoral.....	145
2.5 Arrecadação de Recursos	153
2.5.1 Período.....	153

2.5.2	O requisito da solicitação do registro	165
2.5.3	Espécies de recursos em campanha	166
2.5.3.1	Captação de recursos pela internet	178
2.5.3.2	Cartão de crédito	183
2.5.3.3	Financiamento coletivo	192
2.5.4	Fontes de arrecadação	197
2.5.4.1	Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)	227
2.5.5	Período final para o recebimento de doações	235
2.5.6	Limites de doação	240
2.5.7	Vedações	262
2.5.8	Recursos de origem não identificada	279
2.5.9	Comercialização de bens e serviços	284
2.6	Aplicação de Recursos	290
2.6.1	Gastos eleitorais	290
2.6.2	Gastos realizados por candidatos e comitês financeiros em benefício de outros candidatos e comitês financeiros	317
2.6.3	Gastos pessoais	324
2.6.4	Limite de gastos	328
2.6.5	Alteração do limite de gastos	349
2.7	Documentos	355
2.7.1	Bônus e recibos eleitorais	355
2.7.2	Conversão de recursos próprios em recibos eleitorais	375

Capítulo III – A EVOLUÇÃO DAS NORMAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA À JUSTIÇA ELEITORAL E SUA EFICÁCIA NO PERÍODO 1994-2018.....379

3.1	Prestação de Contas	379
3.1.1	Procedimentos de elaboração	379
3.1.2	Prestação de contas simplificada	385
3.1.3	Documentação comprobatória	393
3.1.4	Conservação da documentação comprobatória	410
3.1.5	Prazo para prestação de contas	415
3.1.6	Obrigatoriedade	425
3.1.7	Responsabilidade pela elaboração	442
3.1.8	Atribuições do comitê financeiro na prestação de contas	445
3.1.9	Formalização	448
3.1.10	Recebimento da prestação de contas	475
3.1.11	Processamento da prestação de contas	481

3.1.12	Informatização	505
3.2	Exame das Prestações de Contas pela Justiça Eleitoral e Procedimentos Técnicos de Auditoria	510
3.2.1	O julgamento pela não prestação de contas e as consequências da omissão no dever de prestar contas	544
3.2.2	Consequências da desaprovação de contas	557
3.2.3	Consequências do julgamento das contas pela aprovação com ressalvas.....	566
3.2.4	Consequências do recebimento de recursos de fonte vedada, origem não identificada e má aplicação ou não comprovação de utilização de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha	567
3.3	Prestação de Contas Durante a Campanha	571
3.4	Fiscalização Durante o Processo Eleitoral	586
3.5	Infração às Normas que Regem a Administração Financeira da Campanha e Crimes Eleitorais	600
3.5.1	O novo conceito de quitação eleitoral	617
3.5.2	Crimes eleitorais	625
3.5.3	Natureza judicial ou administrativa dos processos de prestação de contas e o cabimento de recursos.....	629
3.6	Financiamento Público de Campanha	635
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		637
ÍTEGRA DAS NORMAS PARA AS ELEIÇÕES DE 2018.....		649
1	Lei 9.504, de 30.09.1997, Alterada pelas Leis 13.487 e 13.488, de 06.10.2017 – Dispositivos Aplicáveis.....	649
2	Lei 13.487, de 06.10.2017 – Dispositivos Aplicáveis	660
3	Lei 13.488, de 06.10.2017 – Dispositivos Aplicáveis	662
4	Resolução TSE 23.553, de 17.12.2017.....	666
5	Instrução Normativa Conjunta RFB/TSE 1.019, de 10.03.2010.....	710
REFERÊNCIAS.....		713
ANEXO.....		719
ÍNDICE REMISSIVO		743